

ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.568/0001-81

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.540	7.263
Contas a receber de clientes	8	3.078	3.473
Impostos a recuperar		51	51
Outros créditos	9	709	1.947
Total do ativo circulante		8.378	12.734
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	9.628	3.514
Depósito judicial	13	241	224
Direito de uso de ativos	11	1.320	1.338
Imobilizado	12	54.970	56.574
Intangível	13	1.867	2.039
Total do ativo não circulante		68.026	63.689
Total do ativo		76.404	76.423
Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	5.030	4.997
Fornecedores		85	46
Impostos a recolher		95	73
Imposto de renda e contribuição social a recolher		171	178
Passivo de arrendamento	11.b	34	352
Dividendos a pagar	17	1.624	975
Outras contas a pagar		3.613	-
Total do passivo circulante		10.652	6.621
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	28.229	32.810
Passivo de arrendamento	11.b	1.346	1.121
Provisão para perdas com processos judiciais	14	177	156
Provisão para desmobilização		2.006	-
Total do passivo não circulante		31.758	34.087
Patrimônio líquido			
Capital social	17	29.038	29.038
Reserva legal	17	731	580
Reserva de lucros	17	4.225	6.097
Total patrimônio líquido		33.994	35.715
Total do passivo e patrimônio líquido		76.404	76.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes III" ("Corredor do Senandes III" ou "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 27,0 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,2 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 10 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. Operacionalmente, é realizada a medição mensal da energia gerada, e é feito o adiantamento dos valores pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Após o prazo médio de 60 dias, é feito o faturamento efetivo e baixa dos valores antecipados. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A. **2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **3. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **Julgamentos e estimativas relevantes:** a) **Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. b) **Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. c) **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **4. Políticas contábeis materiais** – A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacional líquida	18	15.346	16.039
Custo da produção e operação de energia	19	(9.228)	(7.863)
Lucro bruto		6.118	8.176
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(348)	(246)
Outras receitas (despesas) líquidas		458	(410)
		110	(656)
Lucro operacional		6.228	7.520
Resultado financeiro, líquido	20	(2.320)	(2.906)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	21	(879)	(808)
Lucro líquido do exercício		3.029	3.806
Lucro básico e diluído por ação – R\$	22	0,09	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	3.029	3.806
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:		
Resultado abrangente	3.029	3.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (nota explicativa no 10). c) **Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. d) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023	2022
Aerogeradores e instalações	25	25
Móveis, utensílios e equipamentos	10	10
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado. e) Intangível: Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. f) Redução ao valor recuperável – "impairment": No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. g) Instrumentos financeiros – pronunciamento técnico CPC 48: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2021		29.038	390	4.385	-	33.813
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.806	3.806
Constituição de reserva legal	17	-	190	-	(190)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(904)	(904)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	1.712	(1.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		29.038	580	6.097	-	35.715
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.029	3.029
Constituição de reserva legal	17	-	151	-	(151)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(720)	(720)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	(4.030)	-	(4.030)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	2.158	(2.158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		29.038	731	4.225	-	33.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.908	4.614
Ajustes			
Depreciação e amortização	19	3.939	3.938
Provisão para contingências	15	-	156
Despesa financeira dos ajustes a valor presente de arrendamento	11	158	159
Juros e atualização monetária	14 e 16	2.959	3.598
Baixa de ativo imobilizado	12	-	2
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	(1.212)	-	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	395	2.223	-
Impostos a recuperar	-	29	-
Outras contas a receber	1.238	(626)	-
Fornecedores	39	(159)	-
Partes relacionadas	-	(967)	-
Impostos a recolher	22	(169)	-
Outras contas a pagar	3.613	(270)	-
Depósitos judiciais	(17)	(220)	-
Caixa proveniente das operações		15.042	12.308
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(2.955)	(3.313)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(886)	(641)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Em 2023 e 2022 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, e adiantamento de clientes. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. h) **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	Contratos 2023	Contratos 2022
Até um ano	13,74%	15,16%
Até dois anos	13,10%	14,97%
Até cinco anos	12,44%	13,93%
Até dez anos	13,00%	14,04%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. i) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações de pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. j) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICP 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. k) **Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluídas em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. l) **Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que

continua ...